

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ARIADNE ANDRIN DE SOUZA

**BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:  
A BNCC E A PRÁTICA NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM**

Arroio dos Ratos – RS

2022

ARIADNE ANDRIN DE SOUZA

**BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:  
A BNCC E A PRÁTICA NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como objetivo parcial para obtenção de título de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Orientadora: Professora Ana Paula Rigatti Scherer

Arroio dos Ratos – RS

2022

ARIADNE ANDRIN DE SOUZA

**BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:  
A BNCC E A PRÁTICA NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como objetivo parcial para obtenção de título de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Orientadora: Professora Ana Paula Rigatti Scherer

Data de aprovação:

Banca examinadora

---

Prof. Ana Paula Rigatti Scherer

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

---

Prof. Angela Carine Moura Figueira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

---

Prof. Pietra Cassol Rigatti

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

## **DEDICATÓRIA**

À minha querida avó que, mesmo com pouco estudo, dedicou a vida toda a oportunizar crescimento, incentivar a construção do conhecimento, tocar vidas e corações de pessoas que o destino colocou em seu caminho. A ela que sempre buscou, através do amor e da Educação, fazer do mundo um lugar um pouco melhor.

E conseguiu. E conseguimos.

## AGRADECIMENTOS

A Professora Ana Paula Rigatti Scherer pelo apoio incondicional e pela orientação durante o desenvolvimento deste e de outros trabalhos, sempre agregando seu conhecimento, experiência e mentoria, mostrando que a Pedagogia é crescimento, expansão e muita humanidade.

Aos meus filhos amados Victor e Leo por serem a razão da busca por um mundo mais uniforme e humano e por mostrarem todos os dias que a vida pode ser leve e colorida.

Ao Márcio pelo apoio incondicional e parceria de tantos anos.

Aos meus alunos que, com paciência e compreensão, me apoiaram em todos os momentos, quando muitas vezes achei que esse percurso era inviável.

Ao meu amado D. por me mostrar que tudo é possível quando acreditamos e que de mãos dadas podemos mudar o mundo.

Às queridas Alana, Daiani e Mari, pelo exemplo, pelo suporte, pela inspiração e principalmente por me mostrarem que permanecemos para sempre nas vidas que tocamos.

Ao meu tio sinônimo das palavras: exemplo, admiração e carinho.

A minha querida tia, pois sem a semente plantada por ela, nada disso seria possível.

*“A uns trezentos ou quatrocentos metros da Pirâmide me inclinei, peguei um punhado de areia, deixei-o cair silenciosamente um pouco mais longe e disse em voz baixa: estou modificando o Saara.” (BORGES, 2012)*

## RESUMO

A Educação Infantil é o primeiro contato social independente do ser humano. Para tanto, a comunicação estabelece papel fundamental na construção de relações. O desenvolvimento de atividades que oportunizem a aquisição e construção da Língua Inglesa nessa fase da vida potencializa não apenas a conquista do bilinguismo como também o desenvolvimento psicopedagógico dos estudantes. Através de metodologia de pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, a importância dessa facilitação do contato com um segundo idioma já na Educação Infantil foi analisada. Por meio de estudos desenvolvidos por Vigotsky (1991), Brun (2003) e Vercelli (2012) sobre o desenvolvimento linguístico foi possível comparar e aplicar a teoria à prática desenvolvida com alunos de Educação Infantil ao longo de quase uma década e verificar os resultados no crescimento dos alunos e o bilinguismo. Finalmente, debruçamo-nos sob a legislação vigente e sua aplicabilidade de acordo com os Campos de Experiência previstos pela Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil.

**PALAVRAS-CHAVE:** 1 Ensino. 2 Língua Inglesa. 3 Educação Infantil. 4 Aquisição linguística. 5 Bilinguismo. 6 BNCC.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 DESENVOLVIMENTO</b> .....	11
<b>2.1. A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM</b> .....	12
<b>2.2 - O BILINGUISMO</b> .....	15
<b>2.3 – A LEGISLAÇÃO E A REALIDADE</b> .....	20
<b>3 RESULTADOS</b> .....	26
QUADRO 1.....	29
<b>4 CONCLUSÃO</b> .....	32
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	34



## 1 INTRODUÇÃO

A Pedagogia é, atualmente, baseada na multidisciplinariedade, agregando conhecimentos e estudos acerca do crescimento e desenvolvimento cognitivo. Existe pedagogia em tudo o que oportuniza a construção do conhecimento final ciência está presente muito além dos muros da escola, ampliando horizontes e, modificando o modo de ser do ser humano. Entre tantas áreas às quais essa ciência do estudo do conhecimento se dedica, temos a teoria da aquisição e desenvolvimento da linguagem.

A linguagem em qualquer uma de suas formas se manifesta desde os primeiros dias de vida discriminando sons e sinais e identificando contrastes linguísticos característicos do idioma ao qual está exposto o ser humano. Esta organização cerebral se ativa e potencializa à medida que o corpo se desenvolve de maneira a compilar segmentos fonéticos e fonológicos, classificá-los e armazená-los, para, posterior e tempestivamente, aplicá-los na utilização da fonologia e da gramática da língua.

Todos nós nos comunicamos e isso se torna imprescindível para a vida em sociedade. Desde os primeiros contatos com o exterior, o ser humano apresenta a necessidade de comunicação, sendo essa a base fundamental da vida em sociedade. A linguagem é utilizada para a interação com os demais, bem como para desenvolver valores individuais como autoestima e autonomia. Se somos plenamente capazes de adquirir e desenvolver nosso idioma materno, também o somos em relação a uma segunda língua, desde que o processo seja realizado de maneira análoga, respeitando o desenvolvimento físico e psicológico do aprendente.

Ocorre que, nem sempre essa introdução a um segundo idioma se faz de maneira adequada, seja devido ao método, ao procedimento adotado ou à iniciação intempestiva.

O interesse pelo aprendizado de um segundo idioma não é fato recente em nosso país. Seja por imposição laborativa, por interesse cognitivo, por necessidade para viagens de turismo ou profissional ou por mero entretenimento, a busca pelo ensino e aprendizado de um novo idioma acontece há anos. Nas duas últimas décadas, principalmente, esse amplo interesse vem sendo direcionado a crianças, ocasionando um alto número de escolas e profissionais que ofereçam este serviço. Diante do crescente número de alunos em contato com uma segunda língua no país,

bem como o número exponencial de escolas “bilíngues” atuantes, o presente estudo teve como objetivo geral analisar as teorias e o processo de aquisição da linguagem, criando um paralelo em relação ao ensino e aprendizagem da Língua Inglesa por alunos da Educação Infantil, considerando a legislação vigente em nosso país, tanto no que tange ao ensino Globalizado como a Educação Bilíngue.

Há pelo menos duas décadas, muito tem se estudado neste sentido, havendo sido quebrados alguns paradigmas, como por exemplo, o de que o ensino de um segundo idioma deveria acontecer após a plena alfabetização do aluno em sua língua nativa. Hoje há estudos reforçando o conceito de que a aquisição de um segundo idioma pode acontecer de maneira contígua à aquisição do primeiro idioma e que isso traz inúmeros benefícios ao aprendente e que os riscos a que se apontava antes são irrelevantes em um contexto geral.

Por meio de metodologia de pesquisa qualitativa exploratória de cunho bibliográfico, analisamos as principais teorias de aquisição da linguagem e questões que influenciam o processo de ensino e aprendizagem da Língua Inglesa com base no efetivo “aprender” um novo idioma, tornando os estudantes capazes de falar, compreender e se fazer entender nesta segunda língua.

É objetivo do presente estudo analisar as teorias que versam sobre a aquisição da linguagem e como esta acontece a fim de fundamentar a proposta de inclusão do ensino da Língua Inglesa também na Educação Infantil. Através de uma análise da legislação fundamental com ênfase na BNCC, este trabalho objetiva especificamente apresentar razões que validam esta proposta, tanto legalmente como através de relato de experiência da pesquisadora.

Com o amparo de estudos desenvolvidos por Vigotsky (1934), Brun (2003) e Vercelli (2012) e tendo como base experiências eficazes desenvolvidas pela autora na Educação Infantil, foi possível estabelecer simetria entre e a legislação vigente e a exploração dos Campos de Experiência nela previstos para uma efetiva aplicabilidade no que tange à aquisição e desenvolvimento de um segundo idioma na Educação Infantil.

Os conceitos de bilinguismo e amadurecimento linguístico foram explorados neste trabalho buscando esclarecer e conceitualizar de maneira aplicável suas definições para que essa essência norteasse e fundamentasse as conclusões obtidas. Considerando a vigência de uma Base Nacional Comum Curricular que regula o Ensino Globalizado em nosso país e que o divide em níveis de ensino e torna

obrigatório o ensino de uma segunda língua apenas a partir do quinto ano do Ensino Fundamental, há sem dúvida uma lacuna temporal e etária entre interesse e oferta do Ensino de uma segunda língua no Brasil.

Todos estes fatores justificam a existência desse estudo e a urgência da realização de uma equiparação desses pontos limiares, ou seja, a grande distância entre a aquisição da linguagem e a oferta de um segundo idioma no que tange à eficácia e o bilinguismo.

Ante à parca legislação norteando a existência de projetos e escolas bilíngues no país, o ensino da língua inglesa é muitas vezes um diferencial oferecido por escolas (em sua maioria particulares) desde os primeiros anos da Educação Infantil. Não havendo legislação concisa que norteie esta aplicação, as escolas baseiam-se em documentos e publicações que visam este ensino, muitas vezes engessando-o, e baseando-se em princípios e conceitos Europeus de ensino e avaliação.

A relevância de um estudo aprofundado sobre o Bilinguismo na Educação Infantil se consolida quando a aquisição da linguagem se afasta das bases da aquisição de um primeiro idioma. Muito embora os contatos com os idiomas (materno e Inglês) aconteçam em fases diferentes da vida da criança (Português inicia já nos primeiros dias de vida do bebê enquanto a Língua Inglesa ocorra mais tarde, aos 3 ou 4 anos), as fases da aquisição da linguagem se apresentam de maneira clara e, se respeitadas, tornam esse aprendizado eficaz sem que seja perdida a ludicidade inerente às crianças da Educação Infantil.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 DESENVOLVIMENTO LINGUÍSTICO**

Há três décadas, o termo “bilinguismo” permeia a Educação em nosso país. Escolas particulares, públicas, escolas de idiomas e profissionais autônomos se esmeram diariamente com o objetivo de tornar alunos fluentes e bilíngues. O resultado: de acordo com a *Education First*, empresa especializada em ensino de Língua Inglesa que avalia o índice de proficiência em mais de 110 países, o Brasil encontra-se atualmente em 60º lugar em habilidades linguísticas, atrás de Gana,

Bolívia e Índia. (*Education First*. (s.d.). Fonte *Education First*: <https://www.ef.com.br/epi/>)

Com base na pesquisa teórica realizada previamente bem como na prática de ensino da Língua Inglesa nos anos da Educação Infantil durante quase uma década protagonizada pela autora, o presente trabalho foi desenvolvido.

Dividido em três momentos, a presente seção objetiva especificamente: a) comparar as teorias de aquisição da linguagem com a aplicação destes quando do ensino de uma segunda língua; b) discutir os conceitos de bilinguismo e a eficácia da abordagem de procedimentos e projetos nesta faixa etária que potencializem a aquisição de um segundo idioma de maneira natural e c) analisar a realidade normativa presente em nosso país no que tange ao ensino de um segundo idioma e o fundamento do ensino bilíngue.

## **2.2. A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM**

Quando falamos em bilinguismo, não há como nos afastarmos dos conceitos de “aquisição da linguagem” e “linguística”. Diversos são os autores que destacam e reforçam a composição destes conceitos por duas partes: a língua (convenção social) e a fala (parte individual). Nas palavras de SAUSSURE (1916, p. 27) encontramos destacada a importância do estudo de ambos os conceitos para a compreensão ampla desses apontamentos:

“Sem dúvida, esses dois objetos estão estritamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível reproduza todos os seus efeitos mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; (...) por outro lado, é ouvindo os outros que aprendemos a língua materna; ela se deposita em nosso cérebro somente após inúmeras experiências. Enfim, é a fala que faz evoluir a língua: são as impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos linguísticos.”

Diversos são os autores que se dedicaram a compreender e estudar as formas e fases da aquisição da linguagem. As teorias ambientalistas enfatizam as experiências, as influências externas e a educação para facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento da língua. Entre os defensores dessa teoria, destacamos B. F. Skinner (1974) que afirma que as reações em determinada situação são resultado de estímulos recebidos.

Por sua vez, Noam Chomsky defende a Teoria da Gramática Universal através da qual, segundo ele, as interlínguas envolvem gramáticas semelhantes nas quais as frases seriam divididas em partes menores e, através de transformações, seria possível usar todas as combinações gramaticais para gerar novas e complexas frases.

“A aquisição da linguagem efetua-se a partir de um conjunto de princípios universais e de parâmetros que especificam as variações destes princípios nas línguas, princípios e parâmetros estes, que fazem parte do equipamento genético da criança.” (Ducrot e Schaeffer, 1994:131, apud SOARES, 2006, p. 14.).

O ser humano nasce com uma capacidade nata de adquirir uma nova língua. Esta afirmação encontra fundamento quando analisamos que as crianças começam a falar ainda bebês com aproximadamente a mesma idade, independentemente do local em que nasceram e a qual idioma estão expostas. Esta ânsia e necessidade de comunicação com outros, decorre da necessidade de interação e se inicia do reconhecimento dos sons e fonemas. Estas teorias desenvolvidas por J. Piaget (cognitivismo) e L. S. Vygotsky (interacionismo) baseiam a aquisição do conhecimento e linguagem do ser humano.

Quando observamos uma criança em seus primeiros anos de vida, percebemos que ela reproduz sons e sinais através da imitação e repetição. Através de tal processo, ela não só adquire a fonologia do idioma, como também internaliza e contextualiza o significado da palavra aprendida. Essa fase determina a aquisição da base fonética de posterior construção de palavras

Após esse período de aquisição e prática, a criança começa a utilizar tais vocábulos e estruturas com o objetivo de estabelecer a comunicação com outras pessoas. As falas utilizadas são curtas e gramaticalmente simples, porém são fundamentais para que a prática se estabeleça e que traga à criança autoestima para amadurecer sua comunicação e desenvolver, posteriormente, uma estrutura gramatical mais complexa. Conforme Saville-Troike (2006, p. 24):

“To explain why all L1 development follows essentially the same sequence, we may view children’s language development as a gradual process of acquiring a more and more complex set of structures and rules for combining them. Because the stages and levels of language development can be delineated and studied, it is possible to talk about child grammar: that is, it is possible to systematically describe the kinds of utterances a child can produce or understand at a given maturational level.”

“Para explicar por que todo o desenvolvimento da L1 (língua materna) segue essencialmente a mesma sequência, devemos considerar o desenvolvimento da linguagem das crianças como um processo de aquisição de estruturas cada vez mais complexas e regras as fundamentando. Devido ao fato de que se pode determinar e estudar os estágios e os níveis de desenvolvimento da linguagem, é possível falarmos em gramática infantil: ou seja, é possível sistematicamente descrever os tipos de enunciados que uma criança pode produzir ou entender dado seu nível de amadurecimento.” (tradução nossa)

Embora grandes estudiosos tenham opiniões diversas acerca da aquisição da linguagem em relação à habilidade ser algo nato ou não, todos concordam que o meio no qual o aprendente está inserido influencia nesta habilidade.

Para Chomsky (1988, p. 23), a criança já nasce dotada de uma capacidade de adquirir conhecimento e que o ser humano se diferencia de outros seres por conseguir expor seu pensamento e comunicar-se. Essa habilidade de aquisição da linguagem é algo que “[...] se parece muito com o crescimento dos órgãos em geral; é algo que acontece com a criança e não algo que a criança faz.”.

Skinner por sua vez, afirma que a aquisição da linguagem se dá através da mente, sendo exclusivamente uma questão de aprendizagem e que depende do mundo exterior.

Por fim, Vigotsky defende que a necessidade de interação com o meio que a rodeia desenvolve na criança a habilidade de se comunicar com outros da mesma espécie. É através da interação entre duas pessoas, no mínimo, que surgem as necessidades de comunicação para expressar sentimentos, desejos, contato. Desta exigência nata decorre o processo de aquisição da linguagem e da fala.

Temos então estabelecido o conceito de que o meio exerce influência importante na aquisição da linguagem, seja como gerador da necessidade de comunicação, seja por apresentar-se como modelo a ser seguido. Ainda neste sentido, apresentam-se as fases da aquisição da linguagem, dentro das quais, a mais importante da vida de uma criança ocorre por volta dos dois anos de idade, quando as curvas da evolução do pensamento e da fala se cruzam, surgindo assim a *fala racional* ou o *pensamento verbal*.

Quando analisamos o desenvolvimento da fala e compreensão de uma criança, vemos que a comunicação inicia na fase do balbúcio e aquisição da língua, para posteriormente ser desenvolvida com palavras isoladas e pequenas frases. Ao final de aproximadamente 24 meses, a criança adquire de fato a linguagem e inicia o aperfeiçoamento e amadurecimento desta comunicação.

É através deste aperfeiçoamento que as estruturas maiores são estabelecidas, potencializando a comunicação e a interação entre iguais. Da mesma forma, ao adquirir a linguagem em um segundo idioma e utilizá-lo, a criança o aperfeiçoa e essa frequência gera o que conhecemos como fluência, ou seja, o bilinguismo.

### 2.3 - O BILINGUISMO

Ninguém é plenamente capaz de se expressar em duas línguas de maneira mágica e rápida. Todo o processo passa pelas formas de aquisição da linguagem e estas se subdividem em falada, escrita e de sinais. Dentre elas, destacamos a língua falada ou sinalizada como fonte deste trabalho, pois entendemos sua importância e imprescindibilidade para o desenvolvimento de um segundo idioma. Não há como afastar a língua falada ou sinalizada do pensamento em se tratando da aprendizagem de meios de comunicação.

“The most recent thinking about the nature of language suggests that language is first and foremost a representational system; (...). This modeling, carried out using the symbols ("words") provided by language, is commonly called "thinking." The communication function of language, which allows us to represent things not only to ourselves but to others as well, is an added benefit.” KEPHART, 2005)

“Os mais recentes pensamentos sobre a natureza da língua sugerem que a língua é o primeiro e mais representativo sistema. Este modelo, realizado por meio de símbolos (“palavras”), proporcionados pela linguagem, é comumente chamado “pensamento”. A função de comunicação da linguagem, a qual nos permite representar coisas não somente para nós mesmos, mas também para os outros, é um benefício adicional” (tradução nossa)

Muito mais do que a comunicação especificamente, a linguagem representa a interação com seus pares e com o mundo exterior, tornando o indivíduo capaz de expressar emoções, vontades, sentimentos e interesses. Enfim, é a linguagem que torna a pessoa capaz de estabelecer contato consigo mesmo e com os outros. Determina BRUN (2003 p. 106) em seu estudo acerca das dificuldades na aquisição de em um segundo idioma que “O processo de aprendizagem de uma língua pode, conseqüentemente, representar um contexto de descoberta e abertura ao outro”, uma vez que é por meio da comunicação que são estabelecidas as interações necessárias para a vida em sociedade. Quando essa abertura se torna possível em um segundo idioma, temos a ampliação de fronteiras sociais, determinando a

possibilidade de o indivíduo se expressar em outros locais e outras culturas de acordo com seu interesse/ necessidade, muito além de sua vida cotidiana.

Quando falamos em aquisição de um segundo idioma, referimo-nos à ideia de BILINGUISMO. Vários autores arriscam-se a definir o bilinguismo, sendo ainda controverso esse conceito. Alguns estudiosos definem como bilíngue o indivíduo capaz de compreender e expressar-se em duas línguas diferentes, sem considerar o nível de proficiência destes (TABORS, 1997). Outros compreendem que bilinguismo é o processo completo de aquisição da língua e seu domínio (HAUGEN, 1953 apud HAKUTA, 1986, p.4). Somente a partir da década de 80, passou-se a aceitar a teoria defendida por Vygotsky (Teoria Construtivista) para a aquisição e o desenvolvimento de uma segunda língua. (MITCHEL, 2004).

Para os presentes apontamentos, abraçamos a definição elencada por VALDEZ E FIGUEIROA (1994, apud MARTINS, 2007) que considera a dimensão do bilinguismo para considerar o indivíduo bilíngue de acordo com sua idade, habilidade e balanço entre os dois idiomas falados. Não há como considerar que adultos e crianças terão a mesma fluência e habilidade em um segundo idioma, mesmo que expostos ao mesmo período de tempo, pois a aquisição da língua inglesa segue e depende do amadurecimento psicopedagógico do indivíduo em relação a sua língua materna.

Isso torna plenamente aceitável a ideia de desenvolvimento de um segundo idioma em crianças pequenas (Educação Infantil), modificando a teoria anteriormente aceita de que isso seria capaz de trazer malefícios na compreensão e no desenvolvimento do aluno. Ao contrário, pesquisas demonstram que:

“(...) estudantes bilíngues desenvolvem melhor suas habilidades nas áreas cognitivas. (...) Esta talvez seja a explicação porque esses estudantes geralmente apresentam um melhor desempenho em testes de inteligência verbal, na conceitualização, no pensamento global e na solução de problemas.” (MARTINS, 2007, p. 27)

Em se tratando de bilinguismo na Educação Infantil, da mesma forma que a linguagem pátria foi adquirida com a finalidade de estabelecer comunicação com outros, o contato com o segundo idioma (L2) precisa ser estimulado, aplicado e utilizado, não fundamentado em regras gramaticais. Há enorme vantagem nessa apresentação prévia de uma L2: a criança não faz diferenciação entre idiomas, buscando a maneira mais prática para estabelecer a comunicação. Assim, mesmo



que utilizando vocábulos em duas línguas diferentes simultaneamente, a fluência se estabelece, inclusive potencializando a produção de fonemas diferentes de sua L1, o que não ocorreria caso o aparelho fônico já estivesse completamente consolidado de acordo com sua linguagem pátria, o que ocorre com o amadurecimento do indivíduo. Em outras palavras, física e psicologicamente, quanto menor, mais simples para a criança adquirir um segundo idioma. Defende MARTINS (2007, p. 28) que “o bebê ao nascer (...) devidamente estimulado, será capaz de produzir sons de qualquer língua, diminuindo essa capacidade conforme domina seu idioma materno.”

Outra grande vantagem dessa exposição é que a criança está afastada de regras gramaticais explícitas para a aquisição da linguagem, tornando o processo mais natural e aplicável em sua rotina. Há que se destacar também que a criança está mais habituada a ser corrigida e menos preocupada em incorrer em erros.

Sobre a exposição diária ou frequente de uma criança a um segundo idioma, temos:

“Consideramos essa postura de extrema importância para o aprendizado pois dessa maneira as crianças acabam esquecendo que estão aprendendo uma L2 e a tendência é que os seus desempenhos sejam mais naturais, sem toda a rigidez exigida pelos cursos de língua padrão. Nesse tipo de educação é raro ver a criança se auto corrigir e também é raro ver o professor corrigir a criança de maneira direta (...) a partir dessas constatações é possível observar que, embora também necessário, os indivíduos envolvidos em um contexto de educação bilíngue não estão preocupados unicamente em utilizar estruturas gramaticalmente corretas, mas sim em poder se comunicar.” (SOUSA, 2018, p. 46-47)

Seria vazio defender o conceito de que a aprendizagem deve acontecer alheia a regras gramaticais. É importante, porém, ressaltar que o “falar” pode vir antes de “escrever” e que as instruções gramaticais, auxiliares temporais, análise sintática das frases devem ser relacionados a atividades em que sejam compreendidas suas aplicações em uma conversação, por exemplo. Assim também entende ANJOS (2014, p. 3):

“Assim também acontece quando as aulas de LI focam apenas em exercícios gramaticais, pois, embora sejam importantes para compreendermos a estrutura da língua, quando desvinculados de práticas mais significativas e fora de um contexto, ou retirados de um texto apenas para serem classificados, eles representam apenas modelos prontos que devem ser copiados/reproduzidos.”

Aprendemos quando internalizamos conceitos, quando entendemos a aplicação do que está sendo estudado, o objeto de estudo passa a fazer parte de nosso dia a dia. Assim acontece com a aquisição da nossa língua materna. Aprendemos a falar, a interagir, desenvolvemos raciocínio, habilidades e só então criamos poder de convencimento, vocábulos mais complexos, capacidade para ler artigos jornalísticos, entender textos e livros, aptidão para escrever redações e entender filmes longos.

Esse amadurecimento linguístico juntamente do amadurecimento emocional e psicológico é adquirido através da vivência, da observação e da utilização da língua 24 horas por dia. Não há mágica nisso. Adquire-se fluência através da prática.

O mesmo cabe à aquisição de um novo idioma. Impossível acreditar que duas horas semanais sejam suficientes para que sejam desenvolvidas habilidades que tornem o aluno capaz de falar e entender a Língua Inglesa. Da mesma forma, quando esse pequeno período de exposição a um segundo idioma se fundamenta unicamente em atividades escritas e de leitura, estamos impedindo que o indivíduo desenvolva a linguagem falada para estabelecer a comunicação e obter a fluência. Um idioma se aprende através da necessidade de comunicação e da criação de situações para que esta interação aconteça. Assim sabiamente salienta BRUN (2003, p. 113) em seu estudo sobre meios de intervenção no ensino: “Na abordagem comunicativa, a ênfase é colocada na necessidade de personalizar o ensino, tornando a aprendizagem significativa através da utilização de atividades de comunicação contextualizadas.”.

LUST (2006, p.9) com propriedade define o significado e importância de uma língua:

“Language is first and foremost symbolic. Sounds, words and sentences represent and capture an infinitive of possible meanings and intentions. We can produce, understand and think of an infinitive of possible statements, questions, commands and exclamations.”

A linguagem é o primeiro e mais marcante símbolo. Sons, palavras e frases representam e capturam uma infinidade de possíveis significados e intenções. Nós podemos produzir, entender e pensar uma infinidade de possíveis frases, perguntas, comandos e exclamações.”

O significado da palavra está na mente do ensinante e do ensinado, e não em livros ou regras gramaticais. Podemos entender que a compreensão depende de maturidade cognitiva e não apenas de estruturas gramaticais. Somente após a

concepção de significados é que será possível ao ser humano utilizar o vocábulo na formação de um pensamento ou frase. Assim também o é quando tratamos da Língua Inglesa. A compreensão depende da conceituação prévia. Estes conceitos não se formam através de livros ou atividades diretas (ex: completar as lacunas utilizando is, am ou are). A compreensão acontece através da utilização de palavras, da produção de pensamentos, da exteriorização de conhecimento adquirido, tornando gradativamente o aluno bilíngue.

### **2.3 DA EXPERIÊNCIA COM O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Em 2011, a autora iniciou sua atuação profissional ministrando aulas de Inglês junto a uma escola de Educação Infantil na cidade de Caxias do Sul – RS. a princípio, as aulas aconteciam com uma periodicidade baixa, sendo apenas um “diferencial” oferecido pela Escola aos alunos. Ao final do primeiro semestre, ante ao interesse dos pais e o desenvolvimento dos alunos, a carga horária foi aumentada e os resultados se ampliaram.

Já no segundo ano deste projeto, com acesso aos planos de aula e programação de atividades do Ensino Globalizado, as aulas de Inglês passaram a acontecer de maneira concomitante, seguindo a rotina e o planejamento da aula em Português. Isso significa dizer que, ao início da aula com a professora titular era estabelecida a rotina (Como está o tempo? Que dia da semana estamos? Quantos alunos temos na sala hoje? Quem é o ajudante?), também no início da aula de Língua Inglesa essa rotina era registrada, fazendo com que os alunos tivessem contato com dois idiomas. A repetição desse procedimento trouxe a eles a familiaridade com a Língua Inglesa e a ampliação do vocabulário.

Além disso, para a amplificação do contato, a presença da professora de inglês passou a ser mais frequente (ampliação de carga horária) e em diferentes atividades (lanche, passeio, parque, massinha de modelar), estabelecendo uma extensão das atividades utilizando o Inglês como instrumento de comunicação.

Durante o trabalho realizado, as estruturas gramaticais foram aplicadas de maneira prática, sem que fossem repassadas as regras e/ ou normas. As crianças tiveram contato diário com o idioma através de atividades cotidianas e, com o passar do tempo, foram despertadas pela necessidade nata de interação. Esse fato serviu

como base para a utilização de vocabulário e estruturas na Língua Inglesa. Observou-se que a impreteribilidade de estabelecer contato com os demais, bem como a observação de seus iguais em ação, motivou a comunicação no novo idioma.

Qualquer atividade que envolva os estudantes e desperte sua atenção, pode e deve ser realizada em Inglês ou utilizada como base para outra no novo idioma. A contação de histórias é outro exemplo. Quando feita de maneira tradicional, é utilizada para desenvolver habilidades como memória, sequência temporal, habilidades artísticas e emocionais. Através de atividades simples, todas estas habilidades podem ser trabalhadas tendo como base a Língua Inglesa: desenho, teatro, contação, perguntas e respostas, mímica, atividades de motricidade e expressão corporal. Esses são alguns exemplos realizados com alunos desta faixa etária que trouxeram resultados satisfatórios na utilização de um segundo idioma.

De maneira prática e natural, os alunos foram expostos à Língua Inglesa durante os anos de permanência na Educação Infantil. Ao final desse período, observou-se que os alunos apresentavam maior facilidade e interesse em relação ao idioma quando comparados aos demais alunos que não tiveram esse contato.

Alguns desses alunos, embora já no Ensino Fundamental, continuaram recebendo esse estímulo através de aulas periódicas e apresentaram habilidades diferenciadas em relação à fonética e à fluência. Observamos que, nestes casos, o amadurecimento dos idiomas (L1 e L2) aconteceu simultaneamente ao desenvolvimento psicocognitivo, promovendo o desenvolvimento bilíngue, alguns deles já possuidores de Certificação Internacional de fluência da Língua Inglesa.

## **2.4 – A LEGISLAÇÃO E A REALIDADE**

Primeiramente é importante diferenciar os conceitos de Educação Bilíngue e Bilinguismo. Em nossos apontamentos, mencionamos a segunda definição e essa, contrapondo-se ao entendimento majoritariamente leigo, independe da Educação Bilíngue. Importante se faz destacar as palavras de BRENTANO (2011, p. 29) que esclarece que esta diferença se encontra no contexto educacional em que estão apresentadas:

“É possível dizer que há duas finalidades educativas muito distintas detrás das categorias de educação bilíngue (...): uma interessada em inserir uma comunidade de falantes de língua minoritária num contexto de língua

dominante e a outra interessada em manter o privilégio da classe impedia de comunicar-se em duas línguas.”

A legislação regulamentou o ensino em outras línguas e o tornou uma realidade a partir da Constituição de 1988, determinando a obrigatoriedade das aulas ministradas em Português (língua oficial brasileira) e assegurando o direito das comunidades indígenas e também aos surdos de receberem educação fundamental respeitando seus processos de aprendizagem e sua língua (art. 210 CF/88 e art. 2º da Convenção sobre os Direitos da pessoa com deficiência – Decreto no. 186/ 2008).

Temos, portanto, o plurilinguismo reconhecido legalmente e garantido à comunidade indígena e à comunidade de surdos através de instituições de ensino nos mais diversos níveis, incluindo educação superior. Eis o que menciona OLIVEIRA (2009, p. 24 – 25)

“E porque, também, da mesma forma que se resistiu aos processos de homogeneização na época da Colônia, resistência continua sendo oposta, seja pelos movimentos indígenas organizados, seja por outros grupos, falantes das línguas de imigração ou de variedades discriminadas do português, ou de línguas de sinais. Prova disso é que a Constituição de 1988 reconhece aos índios o direito às suas línguas, pelo menos no aparato escolar, em dois artigos (210 e 231), fato que foi regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, também em dois artigos (78 e 79). Esse é um fato muito novo na história das legislações brasileiras, tão ciosas em “integrar o índio”, isto é, fazer com que ele deixasse de ser o que era, para se transformar em outra coisa: mão-de-obra nas grandes propriedades ou nas periferias das grandes cidades. Diga-se de passagem que esse direitos foram ancorados na Constituição por ativa participação do movimento indígena no processo da constituinte.”

Nossa realidade, todavia, é ainda mais ampla. Vivemos em uma sociedade de fronteiras cada vez mais flexíveis, na qual as necessidades comunicativas se ampliam e se estendem globalmente. A escola, nesse ínterim, tem o compromisso de proporcionar oportunidades de crescimento social aos alunos. Existe a imposição constante de que esses horizontes coletivos sejam ampliados e, portanto, o ensino da Língua Inglesa (e outras línguas também) se fez imperativo.

“Aprender a língua inglesa propicia a criação de novas formas de engajamento e participação dos alunos em um mundo social cada vez mais globalizado e plural, em que as fronteiras entre países e interesses pessoais, locais, regionais, nacionais e transnacionais estão cada vez mais difusas e contraditórias. Assim, o estudo da língua inglesa pode possibilitar a todos o acesso aos saberes linguísticos necessários para engajamento e participação, contribuindo para o agenciamento crítico dos estudantes e para o exercício da cidadania ativa, além de ampliar as possibilidades de interação e mobilidade, abrindo novos percursos de construção de conhecimentos e de continuidade nos estudos. É esse caráter formativo que inscreve a

aprendizagem de inglês em uma perspectiva de educação linguística, consciente e crítica, na qual as dimensões pedagógicas e políticas estão intrinsecamente ligadas” (BRASIL, 2018, p. 241).

Como consequência, nas últimas décadas houve um crescimento exponencial de escolas bilíngues, escolas internacionais e escolas de idiomas. A realidade social, como contraponto, ainda tem seus extremos de oferta e realidade educacional, com crianças com dificuldade de frequentar a escola e outras com ensino integral ou especializado. Nosso ensino escolar é baseado em modelos tradicionais e, por mais que a legislação acerca dele tenha sido alterada nos últimos anos, ainda lidamos com analfabetismo funcional (52% na faixa etária de 50 a 64 anos, de acordo com o Data Popular a partir do INAF em 2011) e discutimos a obrigatoriedade de crianças com 4 anos estarem regularmente matriculadas na educação infantil (artigo 218, I da Constituição Federal alterado pela Emenda Constitucional 59 de 2009).

Muito já tem sido feito em prol dessas diferenças sociais e dos extremos educacionais. Bases curriculares foram modificadas, conteúdos programáticos foram alterados, acompanhamentos psicopedagógicos passaram a ser realizados individualmente com os alunos; houve a modificação de atividades objetivando atrair o interesse dos alunos, treinamento com os professores nas mais diversas áreas e assuntos. Destaque também para a alteração do Ensino Médio (Lei do Novo Ensino Médio – Lei número 13415/17) que busca oferecer aos jovens autonomia para optar por áreas de maior interesse e aptidão.

Tantas modificações são resultado de um amplo e profundo estudo com o objetivo de tornar o aprendizado útil, efetivo e próximo da realidade, já que esta também é mutável e flexível.

Muito embora essas ações tenham sido realizadas, poucas são as Leis que norteiam o ensino da língua inglesa nas escolas. Juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1994), temos a legislação que define a Base Nacional Comum Curricular (2018), organizando o ensino em áreas do conhecimento, campos de experiência para a Educação Infantil e de atuação para o Ensino Fundamental.

Esta mesma regulamentação determina a Língua Inglesa como obrigatória a partir do Ensino Fundamental II nas escolas regulares. Através de competências específicas, o ensino do Inglês nas escolas deve ser norteado por um Plano de Aula que vise a utilização do idioma para as práticas de linguagem, sendo trabalhados os

cinco eixos do idioma: oralidade, leitura, escrita, conhecimentos linguísticos e dimensão cultural. (BNCC, 2017)

Conforme visto anteriormente, crianças aprendem com maior facilidade um novo idioma justamente por não diferenciarem entre as linguagens e objetivarem exclusivamente a comunicação. A inserção, contudo, desta língua muito antes do Ensino Fundamental traz resultados maiores e potencializados no contexto estudantil.

As escolas bilíngues tornaram-se uma realidade e, portanto, houve a necessidade de regulamentá-las. O Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB nº 2 de 9 de Julho de 2020, apresenta as condições para que uma escola seja intitulada “Bilíngue”. Em seu Capítulo 1 (artigos 2º a 6º), temos expressas as diferenças entre Escola Bilíngue, Escola com Carga Horária Estendida e Escola Brasileira com Currículo Internacional.

A determinação de 30 a 50% de tempo de instrução em um segundo idioma é válida para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Para o Ensino Médio, este tempo é de 20%. Além disso, os professores devem apresentar Graduação Pedagógica, Especialização na área e comprovação de Nível de Proficiência para que a escola possa ser considerada bilíngue.

Finalmente, em se tratando de Educação Infantil, as escolas Bilíngues devem apresentar também seu Projeto Político Pedagógico adequado para esse fim, inclusive prevendo esse período de adequação.

Conceituados os termos “educação bilíngue” e “escola bilíngue” e ainda destacada a realidade educacional brasileira, temos claro que há uma enorme diferença entre a Base Nacional Comum Curricular e o inglês de elite. Muito embora a lei estabeleça inclusive a capacitação de docentes na Educação Pública, há uma limitação técnica evidente entre os profissionais.

Considerando que nossa legislação vigente torna obrigatório o Ensino da Língua Inglesa apenas a partir do ensino fundamental II, temos um prejuízo quanto à efetiva formação de conhecimento dos alunos (e posteriormente de profissionais) neste novo idioma.

Destacamos que essa obrigatoriedade legal é seguida principalmente nas escolas públicas e tendo como base 80% dos alunos estão matriculados nessa rede (dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP), torna-se muito difícil a formação de profissionais no futuro que abranjam simultaneamente as áreas pedagógica e de proficiência em línguas. Eis então uma

das (inúmeras) questões que tornam o ensino bilíngue lento, ineficaz e acessível apenas a uma pequena parte da população brasileira.

Levantamos aqui questionamentos acerca do antagonismo entre a prática pedagógica e a previsão legal. Torna-se imperioso esse estudo para que as fronteiras entre o ensino básico e o de elite sejam reduzidas e que, conseqüentemente, isso diminua as diferenças sociais existentes em nosso país.

#### **2.4. A BNCC, A EDUCAÇÃO INFANTIL E A LÍNGUA INGLESA**

Com o advento da Lei no. 13.415 de 16 de Fevereiro de 2017 que instituiu a Base Nacional Comum Curricular, objetivando uma maior equidade no ensino do país, os níveis de ensino foram descritos e fundamentados de acordo com suas particularidades etárias e pedagógicas.

Através desse documento, foram alteradas as nomenclaturas do conteúdo de cada nível educacional, bem como foram estipulados os objetivos, direitos e competências de cada uma dessas divisões.

Quando observamos as justificativas e os fundamentos referentes à Educação Infantil, temos a criação dos Campos de Experiência criando diretrizes para a orientação da elaboração do currículo escolar para esta fase da vida.

A BNCC é um instrumento que tem como objetivo guiar os envolvidos para a construção do currículo escolar. Esse documento não engessa o ensino; ao contrário: fundamenta e norteia elaboração dos espaços e oportuniza a construção do conhecimento. Esse documento prevê que o ensino da língua inglesa é obrigatório nos anos finais do ensino fundamental. Para tanto, em sua criação, a BNCC determina objetos de conhecimento e habilidades adequados a cada ano da escolaridade, devendo estes servirem como base quando do planejamento do ensino.

Muito embora a BNCC estipule a obrigatoriedade do ensino da Língua Inglesa a partir do sexto ano, temos neste trabalho ressaltada a importância do ensino deste idioma ainda nos primeiros anos da vida escolar. Além de todos esses benefícios já mostrados e tantos outros ainda por serem estudados, temos a perfeita adequação legal e pedagógica desta previsão.

Quando analisamos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da educação infantil temos ações como: conviver utilizando diferentes linguagens, o respeito em relação à cultura e às diferenças, o relacionamento com os diferentes



parceiros ampliando e diversificando o acesso a produções culturais, a elaboração de conhecimentos fundamentados em diferentes linguagens, a ampliação de saberes sobre cultura, o objetivo de conhecer-se e construir sua identidade pessoal e cultural expressando-se como sujeito dialógico e reconhecendo seu lugar no mundo.

Quando buscamos compreender todos esses direitos, vemos que não são impeditivos para a aprendizagem de um segundo idioma. Ao contrário. Esse ensino potencializa a conquista destes direitos e a vivência deles.

Ainda, quando analisamos as competências específicas da língua inglesa para o ensino fundamental temos outras concordâncias. No ensino fundamental, cada área de conhecimento é fundamentada por competências específicas e as da língua inglesa são as seguintes:

1. Identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho.
2. Comunicar-se na língua inglesa, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento, de ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas e para o exercício do protagonismo social.
3. Identificar similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna/outras línguas, articulando-as a aspectos sociais, culturais e identitários, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade.
4. Elaborar repertórios linguístico-discursivos da língua inglesa, usados em diferentes países e por grupos sociais distintos dentro de um mesmo país, de modo a reconhecer a diversidade linguística como direito e valorizar os usos heterogêneos, híbridos e multimodais emergentes nas sociedades contemporâneas.
5. Utilizar novas tecnologias, com novas linguagens e modos de interação, para pesquisar, selecionar, compartilhar, posicionar-se e produzir sentidos em práticas de letramento na língua inglesa, de forma ética, crítica e responsável.
6. Conhecer diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais, difundidos na língua inglesa, com vistas ao exercício da fruição e da ampliação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artístico-culturais.

Neste mesmo íterim, tendo em vista ser um nível de escolaridade diferente, a Educação Infantil versa sobre Campos de Experiência, tendo como eixos estruturantes a interação e a brincadeira, além dos direitos assegurados pela BNCC. Tendo como objetivo acolher as situações da vida concreta e seus saberes, os campos de experiência visam também entrelaçar os conhecimentos ao patrimônio cultural. Os campos de experiência da educação infantil são:

- ✓ Eu, o outro e nós;
- ✓ Corpo, gestos e movimentos;
- ✓ Traços, sons, conjuntos e formas;
- ✓ Escuta, fala, pensamento e imaginação;
- ✓ Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

### 3 ANÁLISE

Esta seção objetiva especificamente comparar as áreas do conhecimento da educação infantil e as competências específicas do ensino da língua inglesa.

Ante a determinação legal dos campos a serem trabalhados e as áreas do conhecimento a serem apresentadas aos alunos, pode-se estabelecer uma relação direta, adequando os conceitos e visando sua aplicabilidade.

Em uma análise individual de cada Campo de Experiência temos “Eu, o outro e nós” tem como disposição que as crianças, através de relações interpessoais, comecem a criar e compreender o seu próprio modo de agir, seus sentimentos e pensamentos, observando modos diferentes de vida e pessoas com outros pontos de vista. Esse Campo de Experiência está fundamentado nas experiências sociais e na coletividade. Compreende-se que:

“(…) em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas (...) as crianças desenvolvem sua autonomia, percebem-se a si mesmas e compreendem sua presença na coletividade”. (BRASIL, P. 38 2018)

Em um paralelo com as competências específicas da Língua Inglesa temos que a Competência número 1 compreende os objetivos deste primeiro Campo de Experiência, como demonstrado no Quadro 1.

Reconhecer-se como ser atuante e compreender seu lugar e participação em uma sociedade e, posteriormente, no mundo contribui para a construção do conhecimento de maneira ampla e global. A realização de atividades que apresentam

a Língua Inglesa desperta a curiosidade e contextualizam novos horizontes para os alunos.

Assim preconiza MARTINS (2007, p. 56):

“As crianças em idade pré-escolar estão significando o mundo e a si mesmas, conforme sentem, identificam-se e envolvem-se cada vez mais com o meio em que vivem, graças às interações que estabelecem desde o nascimento com parceiros humanos mais experientes. Despertar a curiosidade das crianças em relação ao contexto, muni-las de recursos para que elas, adquirindo novas competências, formulem suas hipóteses, é possibilitar a construção do conhecimento a partir da realidade.”

Quando analisamos o Campo de Experiência “Corpo, gestos e movimentos” entendemos que é da responsabilidade da escola oportunizar momentos baseados na ludicidade para que a criança possa explorar e vivenciar seu corpo, produzindo conhecimentos sobre si, sobre o outro e sobre a sua socialização. É através do reconhecimento de diferentes sensações, de movimentos e gestos que a criança reconhece os seus limites, seu corpo, ganha centralidade e são estabelecidas relações sociais. Este Campo de Experiência equipara-se perfeitamente à Competência Específica número 4, facilmente visualizado no Quadro 1.

Esse tripé de compreensão do seu corpo, a autonomia de gestos e a individualização de movimentos inicia-se na produção da fala ainda no período sensório-motor. Introduzir um segundo idioma nessa Etapa Educacional facilita a expressão da criança nas mais diversas formas gestuais e fonéticas, produzindo efeitos na área linguística e cognitiva. Nas palavras de SILVA (2007, p. 61-62):

“É justamente entre o período sensório motor e o pré-operatório, por volta dos 18-24 meses, com o começo da função semiótica e da inteligência representativa que a criança passa a desenvolver a linguagem. Deste modo, um dos pré-requisitos cognitivos para a evolução da linguagem é a representação simbólica. Conforme essa perspectiva, o desenvolvimento linguístico é determinado pelo desenvolvimento cognitivo, uma vez que a atividade linguística na criança é uma entre outras atividades simbólicas que se desenvolvem no período sensório motor. Desta forma, a criança para poder trazer a palavra necessita anteriormente do conceito, já que a organização linguística é dependente da organização cognitiva (...)”

O terceiro campo de experiência previsto na educação infantil pela Base Nacional Comum Curricular diz o respeito a “Traços, sons, cores e formas” e compreende diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas no cotidiano escolar. Versa sobre o fato de que a criança precisa vivenciar diferentes formas de expressão e linguagem para que participe e compreenda sua própria criatividade e a

dos outros, potencializando suas singularidades e fazendo-a entender as experiências e vivências.

Quando comparamos este Campo de Experiência às Competências Específicas da Língua Inglesa para Ensino Fundamental esta assemelha-se à Competência número 2 conforme mencionamos no Quadro 1.

As diversas formas de expressão cultural, científica e representativa constituem formas importantes de vivência e descobrimento, passos para a construção do conhecimento. A conceitualização de imagens e sua contextualização em dois idiomas potencializa essa construção, pois acontece de forma síncrona e traz à criança possibilidade de ampliação de vocabulário, de compreensão artística e cultural.

Nas palavras de Vygotsky (1991, p. 22)

“A compreensão da relação entre o signo e o significado que desponta na criança por esta altura é algo diferente em princípio da simples utilização de imagens sonoras, de imagens de objetos e da sua associação. É a exigência de que todos os objetos, sejam eles quais forem, tenham o seu nome próprio pode considerar-se como uma verdadeira generalização levada a cabo pela criança.”

O quarto Campo de Experiência previsto representa “Escuta, fala, pensamento e Imaginação”. Fundamenta-se no falar e no ouvir, fazendo a criança compreender múltiplas linguagens, visualizando-se como sujeito singular e pertencente ao grupo social. Este Campo de Experiência debruça-se sobre a cultura oral na criação de múltiplas linguagens, para que a criança consiga construir hipóteses e tenha a fala e a escrita como representação da língua. Quando falamos sobre o Ensino da Língua Inglesa, há duas Competências Específicas que representam este Campo de Experiência: a competência número 3 e a número 5, ambas prevendo a oralidade e a escrita como resultado de sua aplicação.

Assim justifica-se a BNCC

“Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo.”

Quando trazemos ao aluno novas culturas, novos contatos com textos, livros, palavras desconhecidas, oportunizamos a criatividade, a inovação e o pensamento livre, corroborando para o bilinguismo.

Eis o que nos traz SILVA (2007, p. 255):

“Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo.”

Finalmente, quinto Campo de Experiência nomeado “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”. Este relata sobre a inserção da criança em diferentes espaços e dimensões, para que a mesma possa realizar que o mundo é composto por fenômenos naturais e socioculturais. A compreensão do mundo físico e do mundo sociocultural compreende e fundamenta este Campo de Experiência. A manipulação de objetos, a investigação e a exploração ensejam curiosidades e perguntas. Este é o objetivo deste Campo de Experiência que, quando comparado com as Competências Específicas da Língua Inglesa no Ensino Fundamental, equipara-se à Competência número 2, conforme verificamos no Quadro 1.

A compreensão das transformações externas, do tempo, das relações estabelecidas cotidianamente pode ser relatada sob à luz de um novo idioma, praticando-se o vocabulário amplificado, potencializando o raciocínio do aluno e ensejando a comunicação para expressão de conhecimentos construídos.

Assim discorre SILVA (2007, p. 68)

“O indivíduo, nesse sentido, é alguém que transforma e é transformado pelas relações produzidas em sua cultura, motivo pelo qual o pensamento vygotskiano é comumente chamado de sócio-interacionista ou sócio-construtivista. Assim, no processo de constituição do home, a abordagem representada por Vygotsky define o processo de desenvolvimento como oriundo de um plano social para o individual, atribuindo um grande papel à interação no desenvolvimento do sujeito. As atividades que, num primeiro momento, traduzem-se num processo de regulação interpsicológica ou atividade interpessoal passam por um processo de regulação intrapsicológica ou intrapessoal.”

QUADRO 1 – Quadro comparativo entre os Campos de Experiência da Educação Infantil e a Competência Específica da Língua Inglesa no Ensino Fundamental

CAMPO DE EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	COMPETÊNCIA ESPECÍFICA DA LÍNGUA INGLESA NO ENSINO FUNDAMENTAL
O eu, os outros e nós	1. Identificar o lugar de si e do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho.
Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações	2. Comunicar-se na língua inglesa, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento, de ampliação das perspectivas e de possibilidades, para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas e para o exercício do protagonismo social.
Escuta, fala, pensamento e imaginação	3. Identificar similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna/ outras línguas, articulando-as a aspectos sociais, culturais e identitários, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade.
Corpo, gestos e movimento	4. Elaborar repertórios linguístico-discursivos de língua inglesa,

	usados em diferentes países e por grupos sociais distintos dentro de um mesmo país, de modo a reconhecer a diversidade linguística como direito a valorizar os usos heterogêneos, híbridos e multimodais emergentes nas sociedades contemporâneas.
Escuta, fala, pensamento e imaginação	5. Utilizar novas tecnologias, com novas linguagens e modos de interação para pesquisar, selecionar, compartilhar, posicionar-se e produzir sentidos em práticas de letramento na língua inglesa, de forma ética, crítica e responsável.
Traços, sons, cores e formas	6. Conhecer diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais difundidos na língua inglesa, com vistas ao exercício da fruição e da amplificação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artístico-culturais.

Fonte: Base Nacional Comum Curricular

Diante da comparação entre a viabilidade da aplicação teórica da normativa que fundamenta o ensino em nosso país e a efetiva aplicação de atividades que potencializem o ensino e aprendizagem da Língua Inglesa, há uma grande lacuna.

Inúmeros são os benefícios do contato com um segundo idioma conforme já explicitado em tantos estudos previamente realizados e nesse trabalho já citados. A construção de um cérebro bilíngue não acontece de maneira aleatória. Assim como a aquisição da linguagem materna demanda contato diário, experimentação e observação, o desenvolvimento de um segundo idioma requer o mesmo processo, mesmo que esse possa acontecer de forma mais rápida.

Quando acolhemos a legislação legal e a transformamos em prática de aplicação na Educação Infantil, não estamos nos referindo a atividades diversas daquelas já realizadas para o desenvolvimento dos Campos de Experiência.

Verifica-se por meio desse estudo que o contato com um segundo idioma é plenamente possível de ser realizado na rotina da Educação Infantil, apenas observando e seguindo os Campos de Experiência preconizados pela BNCC.

Assim como a aquisição da L1 acontece de forma natural, desde que frequentemente estimulada, o desenvolvimento da L2 também o será, desde que observados os princípios teóricos de aquisição da linguagem estudados por estudiosos da Linguagem.

É importante destacar que, sem qualquer modificação da Base Nacional Comum Curricular, é possível ofertar o estímulo ao bilinguismo desde a primeira infância, oportunizando aos alunos o seu desenvolvimento amplo dos âmbitos pedagógico, cognitivos e social.

#### **4 CONCLUSÃO**

Ao estudarmos as fases da aquisição e desenvolvimento da linguagem do ser humano nos deparamos com um amadurecimento linear do processo linguístico, iniciando na fase do balbúcio, da emissão de sons (fonética), do simbolismo, do pensamento, da exteriorização, das frases simples e finalizando na fluência plena. Após este processo, o indivíduo é capaz de interagir, expor suas ideias e convencer outro da mesma espécie. Mesmo sendo plena, a comunicação ainda requer aperfeiçoamento com o estudo explícito de estruturas gramaticais e aprimoramento do vocabulário. Quando aproximamos esse tema da aquisição de uma nova língua, podemos observar que essas etapas não são acatadas, dificultando o desenvolvimento de um novo idioma.

Sob o fundamento de teorias de aquisição da língua (Teoria Ambientalista e Gramática Universal), a apresentação da língua inglesa pode ser perfeitamente aplicada, trazendo resultados mais efetivos do que o ensino baseado em regras gramaticais explícitas e exercícios escritos. Ainda, quando consideramos a faixa etária e o desenvolvimento físico do aparelho fonético, compreendemos que a inserção do ensino da língua inglesa para a educação infantil é ainda mais recomendada a fim de que os resultados sejam potencializados.



Os conceitos de bilinguismo e amadurecimento linguístico foram explorados neste trabalho buscando esclarecer e conceitualizar de maneira aplicável suas definições para que essa essência norteasse e fundamentasse as conclusões obtidas. Considerando a vigência de uma Base Nacional Comum Curricular que regula o Ensino Globalizado em nosso país e que o divide em níveis de ensino e torna obrigatório o ensino de uma segunda língua apenas a partir do quinto ano do Ensino Fundamental, há sem dúvida uma lacuna temporal e etária entre interesse e oferta do Ensino de uma segunda língua no Brasil. O acesso amplo ao estudo da língua inglesa se dá entre alunos de 10 e 11 anos nas escolas brasileiras. Como concluímos através desse estudo, perdem-se muitas bases (físicas, emocionais e pedagógicas) nessa tardia inserção do idioma. Ao mesmo tempo, temos uma diferença social grande em nosso país. Famílias com maior poder aquisitivo buscam ensino de idiomas em escolas particulares para seus filhos desde a infância. Por outro lado, famílias de baixa renda e que dependem do ensino público somente terão seus filhos apresentados para a língua inglesa no ensino fundamental II. Essa diferença entre os acessos e a faixa etária intensifica ainda mais os extremos sociais de nosso país e, como consequência, as oportunidades futuras e profissionais de nossos alunos.

Todos estes fatores justificam a existência desse estudo e a urgência da realização de uma equiparação desses pontos limiares, ou seja, a grande distância entre a aquisição da linguagem e a oferta de um segundo idioma no que tange à eficácia e o bilinguismo.

Configura-se assim a importância de voltarmos os olhos à possibilidade de potencialização desse aprendizado, considerando a facilidade de aquisição da língua por crianças na educação infantil e as inúmeras vantagens que a exposição à língua inglesa nessa faixa etária oportuniza, apresentamos a proposta de inclusão do ensino da língua inglesa na Educação Infantil.

Além disso, através da análise legal com ênfase na BNCC, equiparamos as habilidades específicas da língua inglesa previstas na norma aos campos de experiência elencados para a educação Infantil. Esta comparação não apenas valida a proposta sob o ponto de vista legal, como também fundamenta e se complementa sob a ótica pedagógica.

Resta comprovada a simetria entre a legislação vigente e a exploração dos campos de experiência nela previstos para uma efetiva aplicabilidade no que tange à aquisição e desenvolvimento de um segundo idioma na Educação Infantil.

Corroborando com essa viabilidade de aplicação do ensino da língua inglesa na educação infantil, a prática também foi comprovada através de relato de experiência da pesquisadora. Através de atividades simples e cotidianas, quando o contato com a Língua Inglesa acontece, estabelece-se a potencialização das habilidades de fala, compreensão e posteriormente de escrita, ampliando o caráter formativo do aluno e estabelecendo uma maior interação social e globalizada.

Concluimos desta forma que o ensino da língua inglesa na educação infantil não apenas está em perfeita adequação legal, como também respeita e equivale aos níveis de desenvolvimento psicopedagógicos dos alunos desta faixa etária.

Ainda que demande novos estudos e planejamentos, oportunizar e viabilizar esse contato aos alunos em sua fase Inicial de vida escolar traz consideráveis benefícios, transformando-os em cidadãos preparados para a sociedade e o mundo globalizado. E este é o dever de todo o educador.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, Camila Borges dos. O processo de ensino e aprendizagem da Língua Inglesa sob uma ótica discursiva. **VI Simpósio sobre formação de Professores – SINFOP na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)**, Tubarão – SC, 9fls. Maio 2014 disponível em <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/3323> Acesso em 02 Abr 2022

BERNAT, E., & GVOZDENKO, M., Beliefs about language learning: Current knowledge, pedagogical implications and new research directions. *TESLJ-EJ*, 9(1), 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

\_\_\_\_\_. Parecer nº 2, de 9 de julho de 2020. Estabelece as diretrizes nacionais para a oferta de educação plurilíngue  
 BRENTANO, Luciana de Souza. Bilinguismo escolar: uma investigação sobre o controle inibitório. 2011, 127 fls. (Dissertação) Mestrado em Estudos da Linguagem – Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS, Porto Alegre – RS, 2011

BRITES, Isabel e CASSIA, Roberta de. *Pensamento e linguagem*. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 22, p. 179-184, 2012 Disponível em <http://www.scielo.mec.pt> acesso em 25 de Abril 2018.

BRUN, Milena, *Dificuldades na aprendizagem de línguas e meios de intervenção*. **SITIEMTIBUS**. Feira de Santana: UEFS – Departamento de Ciências e Artes. n.29, jul/dez, 2003. p.105-117

BRUN, Eric Charles. Sobre a evolução alteritária-etnocêntrica da pré-escola à alfabetização a partir de uma abordagem das línguas-culturas do mundo: uma análise comparativa longitudinal através da expressão oral. Tese de Doutorado, Université d'Aix-Marseille, 2015.

CENÁRIO do bilinguismo no Brasil (post 2 de 3). Bilingual Minds Consult, 2020. Disponível em <https://www.bilingualminds.com.br/noticia/cenario-do-bilinguismo-no-brasil-post-2-de-3> consultado em 22 Abr 2022

HAKUTA, K. E Pease-Alvarez, L. Enriching our views of bilinguismo and bilingual education. Research article, 1992 Disponível em <https://www.jstor.org/stable/1176572?read-now=1&refregid=excelsior%3Ac68d1de966f91a77d84cad30fe4574ed&seq=3> consultado em 02 Abr 2022

KEPHART, R. Some notes on language. **University of North Florida**, 15 mai 2005. Disponível em: [https://www.unf.edu/~rkephart/Writings/Essay\\_on\\_Language.htm](https://www.unf.edu/~rkephart/Writings/Essay_on_Language.htm) Acesso em: 14 fev 2022

LUST, Barbara. *Child language aquisition and growth*. 1 ed. New York: Cambridge University Press, 2006.

MARTINS, Marizilda Guimarães Lemos. **Uma experiência de desenvolvimento de projetos didáticos na educação infantil bilíngue**. Orientadora Professora Doutora Zilma de Moraes Ramos de Oliveira, 2007, 148 fls. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-07122007-155142/pt-br.php> consultado em 02 Abr 2022

MITCHEL, R. e MYLES, F., **Second language learning theories**, 2<sup>nd</sup> ed. London: Oxford University Press, 2004

OLIVEIRA, G. M., **Plurilinguismo no Brasil: repressão e resistência linguística**, Synergies nº 7 – 2009 pp. 19-26

RIVERA, Carolina. Matrículas na rede privada despencam em 2021; veja dados do Censo Escolar. Exame, 2022. Disponível em <https://exame.com/brasil/matriculas-na-rede-privada-despencam-em-2021-veja-dados-do-censo-escolar/> consultado em 21 Abr 2022

SANTOS, M. (org.). **Formação Docente: importância, estratégias e princípios**. Curitiba: Bagai, 2020

SAVILLE-TROIKE, Muriel. *Introducing second language acquisition*. 1.ed. New York: Cambridge University Press, 2006. 216 p.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 27.ed. São Paulo: Cultrix, 1999 disponível em <http://paginapessoal.utfpr.edu.br/gustavonishida/disciplinas/linguistica-geral/SAUSSURE%20-1916-%20Curso%20de%20Linguistica%20Geral.pdf/view> Acesso em 02 Abr 2022

SILVA, Carmen Luci da Costa Silva. **A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem**. Orientador Professor Dr. Valdir do Nascimento Flores, 2007, 293 fls. Tese de Doutorado Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007

SKINNER, B. F. **Sobre o Behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 1974.

SOARES. Maria Vilani. Aquisição da linguagem segundo a psicologia interacionista: Três abordagens. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/gatilho/article/view/26877> Acesso em 15 Abr 2022

SOUSA, L. N. **A interferência das diferenças paramétricas no processo de aquisição de língua inglesa por crianças bilíngues falantes de português brasileiro: um estudo de caso**. 2018. Dissertação (Trabalho de conclusão de curso – Bacharel em Letras – Língua Inglesa) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28458/1/TCC%20-%20Larissa%20do%20Nascimento%202018.2.pdf> Acesso em: 14 fev. 2022.

TABORS, Patton O. **One child, two languages: a guide for Preschool educators of children learning English as a second language**. Cambridge: Massachusetts: 1997

VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões *O trabalho do psicopedagogo institucional. Espaço Acadêmico*, São Paulo, vol.139, 71-76, Dez, 2012 disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/17281/10050> acesso em 05 de Mar 2022.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.